

ACTA N.º 18/2008

-- Aos vinte e seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito reuniram-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, em Mafra, os representantes das entidades que, nos termos dos números um e dois do artigo quinto, do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, datado de quinze de Janeiro, na nova redacção dada pela Lei número quarenta e um de dois mil e três, de vinte e dois de Agosto, constituem o Conselho Municipal de Educação, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Período de antes da ordem do dia; 2) Votação da acta número dezassete; 3) Apresentação do relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo, conforme o ponto três do artigo quarto do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, de quinze de Janeiro; 4) Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove; 5) Componente de Apoio à Família (Refeições e Prolongamento de Horário); 6) Actividades de Enriquecimento Curricular; 7) Acção Social Escolar – Resumo dos Auxílios Económicos; 8) Calendarização das restantes reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Educação, conforme o ponto um do artigo décimo oitavo do respectivo Regimento. -----

-- Estiveram presentes: o Senhor Engenheiro José Maria Ministro dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mafra e responsável pelo pelouro da Educação; o Doutor Manuel de Magalhães Rocha, em representação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; o Senhor Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues, em representação das Juntas de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal; a Doutora Margarida Branco, em representação do pessoal docente do ensino secundário público; a Professora Maria de Jesus Pires, em representação do pessoal docente do ensino básico público; a Educadora Graça Querido, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública; o Doutor Agostinho Ribeiro, em representação dos Estabelecimentos de Educação e Ensino Básico e Secundário Privados; o Engenheiro Paulo Brito Luz e o Doutor Paulo Santos, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; a Educadora Catarina Marcelino, em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem actividade na área da Educação; o Doutor Rui Venda, em representação dos Serviços Públicos de Saúde; o Doutor Carlos Pinto, em representação dos Serviços de Emprego e Formação Profissional; e o Cabo Silva, em representação das Forças de Segurança. Faltaram: o Doutor Joaquim Sardinha, Presidente da Assembleia Municipal; o Senhor João Fernandes, em representação das Associações de Estudantes; e a Doutora Fátima Franco, em representação dos Serviços da Segurança Social. Assistiu à reunião a Directora do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Mafra, Doutora Paula Cordas. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra deu início à reunião quando passavam quarenta minutos das nove horas, proferindo as boas-vindas e introduzindo o período de antes da ordem do dia. -----

-- Tomou a palavra o Doutor Rui Venda, referindo que recebeu, no dia anterior, uma informação proveniente do intitulado "Movimento de Cidadãos do Sobral da Abelheira", acompanhada de um abaixo-assinado, solicitando que, enquanto membro do Conselho Municipal de Educação, apresentasse na reunião a manifestação da discordância dos elementos do referido Movimento sobre a localização proposta para o novo estabelecimento de ensino. Disse ainda ter pensado que a informação havia sido dirigida a todos os membros, o que não se verificou, pelo que, assim sendo, dá conhecimento da mesma aos presentes. -----

-- Em seguida, interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, efectuando um ponto de situação sobre o processo de construção dos novos estabelecimentos de ensino. Salientou que as seis escolas programadas para o presente ano lectivo entraram em funcionamento na data prevista, sublinhando o esforço de todos os envolvidos. Referiu ainda que, em termos globais, a adaptação aos novos espaços correu bem. Ao longo deste processo, há apenas a relatar uma questão associada a um entupimento de um cano de uma casa-de-banho na Escola Básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância da Ericeira, que provocou um corrimento de águas por baixo do piso, provocando um abatimento que, por sua vez, originou uma fissura transversal na parede, em cima. A situação foi resolvida em curto espaço de tempo. Quanto às escolas actualmente em construção, nomeadamente Igreja Nova, Lagoa, Mafra número dois e Encarnação, referiu que as obras prosseguem a bom ritmo, sendo que os trabalhos estão mais adiantados nas duas primeiras. Caso os citados estabelecimentos de ensino venham a ser inaugurados no período das férias da Páscoa, disse que iria solicitar a colaboração dos Agrupamentos de Escolas na operacionalização do processo de mudança, de modo a minimizar qualquer perturbação, sendo que: no que diz respeito à nova escola da Igreja Nova, só serão transferidos, neste ano lectivo, os alunos que frequentam a escola da localidade da Igreja Nova, mantendo os horários praticados e a composição das turmas; quanto às escolas da Lagoa e Encarnação, caso se verifique a sua entrada em funcionamento no terceiro período, apenas serão transferidos os alunos dos actuais estabelecimentos de ensino da Lagoa e Encarnação, respectivamente; no que se refere à Escola Básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância de Mafra número dois, Salgados, a abertura apenas acontecerá no próximo ano lectivo, já que os alunos que vão frequentar este complexo escolar estão agora dispersos por várias turmas de outras escolas. De seguida, o Senhor Presidente referiu-se à questão abordada pelo Doutor Rui Venda, dizendo que o que está em causa é uma diferença de entendimento. O referido movimento entende que a escola é um equipamento para a afirmação da freguesia, enquanto que, para a autarquia, a escola deve estar integrada num espaço dotado de condições de qualidade para assegurar a qualidade de ensino das crianças. Em seguida, passou a explicar os fundamentos que estão na base do entendimento municipal

em relação a esta matéria: “Como se pode constatar através da análise da Carta Educativa do Concelho de Mafra, a freguesia do Sobral de Abelheira apresenta um crescimento demográfico negativo. O modelo matemático que serviu de base para esta estimativa de alunos foi novamente testado e, mais uma vez, verifica-se um crescimento negativo. Numa primeira fase, a solução passava pela integração destes alunos na Azueira. O Senhor Presidente explicou que a Câmara Municipal ensaiou uma solução alternativa: a construção do estabelecimento de ensino na zona denominada por “Alto do Sobral da Abelheira”, junto à Circular Rodoviária Interior de Mafra (CRIMA) três, servindo não só os alunos da freguesia, como também os provenientes das povoações vizinhas, tais como Barreiralva, Póvoa de Cima, Póvoa de Baixo ou Picançeira de Cima. O objectivo “seria posicionar a escola num espaço central que possibilitasse servir um maior número de alunos, com o transporte assegurado”, garantindo ainda a oferta de múltiplas valências. O Senhor Presidente referiu que esta proposta foi apresentada em reunião de Câmara, tendo recebido o acolhimento de todos. Dirigindo-se ao Doutor Rui Venda, disse que, apesar desta decisão não ser competência do Conselho Municipal de Educação, a resposta que pode dar é que o fundamento essencial da mesma é a defesa dos interesses das crianças. Seguidamente, referiu-se ainda à requalificação do parque escolar nas freguesias de Vila Franca do Rosário, Alcainça, Gradil e Milharado. No primeiro caso, verifica-se também um reduzido crescimento populacional, pelo que a Câmara Municipal propõe a construção de um novo Jardim de Infância na freguesia, dotado de modernas valências, enquanto que os alunos do primeiro ciclo poderão ser integrados na Escola Básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância de S. Miguel, na Enxara do Bispo. Quanto à freguesia da Alcainça, informou que a Câmara Municipal já está a desenvolver o projecto da nova Escola Básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, a construir no espaço onde se situa actualmente o Jardim de Infância e a Junta de Freguesia, adquirindo ainda uma parte do terreno que é propriedade do Alcainça Atlético Clube. Para a Junta de Freguesia, vai ser construído um novo edifício no espaço que é ocupado pela actual escola. No que se refere à freguesia do Gradil, a autarquia pretende construir o novo estabelecimento do ensino no espaço da actual escola, sendo que vai ser adquirido o lote de terreno limítrofe. Enquanto as obras estiverem a decorrer, as aulas serão leccionadas nas instalações do Centro Social e Paroquial. Relativamente à freguesia do Milharado, o projecto de arquitectura está finalizado e foi apresentada uma candidatura ao QREN. Finalmente, disse que a autarquia já concluiu o projecto para a construção do Jardim de Infância de Azenhas dos Tanoeiros, também candidato ao QREN. No entanto, como este estabelecimento do ensino pré-escolar vai ser edificado no espaço da Escola Básica do Primeiro Ciclo da localidade, as obras apenas poderão começar quando estes alunos forem integrados no novo complexo escolar da Encarnação, actualmente em construção. -----

-- No uso da palavra, a Professora Maria de Jesus Pires questionou: "Quais são as perspectivas em relação às Escolas Básicas do Segundo e Terceiro Ciclos?" -----

-

-- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, no contexto das negociações em torno das transferências de competências na área da educação, a Câmara Municipal apresentou uma proposta à Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT). No que concerne, especificamente, às Escolas Básicas do Segundo e Terceiro Ciclos, foram feitas vistorias pelos técnicos municipais e da DRELVT. Na sequência dessas vistorias, constatou-se que as escolas da Ericeira, Mafra e Malveira não têm recuperação, na medida em que é mais compensatório construir novos edifícios do que fazer obras nos existentes. A única excepção é a Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos da Venda do Pinheiro, que necessita de uma intervenção de requalificação orçada em cerca de um milhão de euros. Perante este cenário, a proposta municipal passaria pelo estabelecimento de um protocolo, através do qual o Ministério da Educação se comprometeria, no prazo de cinco anos, a construir os três referidos estabelecimentos de ensino e a realizar, até lá, as devidas obras de manutenção dos existentes. O Senhor Presidente informou ainda que, depois da apresentação desta proposta, já foi realizada uma reunião de trabalho. -----

-- No uso da palavra, a Doutora Paula Cordas referiu que a DRELVT propõe que sejam realizadas obras de manutenção em Mafra, em alternativa à construção de um novo edifício. A Câmara Municipal manifestou a sua discordância, na medida em que, neste caso concreto, os problemas passam não só pelo actual estado de conservação do equipamento, mas também pela sua sobrelotação, não tendo capacidade para responder ao número de alunos actual e futuro. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou ainda que, para além da proposta de requalificação do parque escolar, a autarquia apresentou ao Ministério da Educação a solução física e financeira: no primeiro caso, a construção em altura no logradouro dos actuais estabelecimentos de ensino; no segundo caso, o desenvolvimento de um modelo financeiro semelhante ao que conduziu à criação da Mafreduca, sociedade anónima que é responsável pela construção e gestão do parque escolar ao nível do pré-escolar e do primeiro ciclo no Concelho de Mafra. Informou também que, na sequência das vistorias técnicas realizadas às quatro Escolas Básicas do Segundo e Terceiro Ciclos, vai encarregar o Serviço Municipal de Protecção Civil de efectuar uma avaliação das condições de segurança das mesmas, nomeadamente em caso de sismo. Salientou que "não se pretende alarmar, mas antes alertar quem de direito para, se for caso disso, intervir na melhoria dessas condições". -----

-- Ainda no âmbito da transferência de competências para o município em matéria de educação, interveio novamente a Doutora Paula Cordas, referindo que, em resposta às questões colocadas pela Câmara Municipal sobre o número reduzido de auxiliares de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, a proposta da DRELVT é a manutenção dos

actuais rácios, que estão definidos na lei. A Doutora Paula Cordas referiu que a autarquia questionou a DRELVT no sentido de saber se, na definição destes rácios, são tidos em consideração os vários graus de dependência dos alunos. -----

-- Tomou a palavra a Professora Maria de Jesus Pires, informando que, “na semana passada, foi realizada uma outra monitorização ao funcionamento destas unidades no Agrupamento de Escolas de Mafra e, no relatório final, foi-nos logo indicado que na futura Escola Básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância de Mafra número dois, nos Salgados, deveria ser criada um outra unidade multideficiência, ou seja, devemos passar a ter três unidades no Agrupamento. Presentemente, em duas escolas temos vinte e duas crianças, sendo que os rácios indicam que em cada escola devem estar um máximo de sete alunos”. -----

-

-- Terminado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente passou ao ponto seguinte, colocando à votação a acta número dezassete, que foi aprovada por unanimidade. --

-

-- Em seguida, introduziu o ponto número dois, intitulado “Apresentação de relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo, conforme o ponto três do artigo quarto do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, de quinze de Janeiro”. -----

-- O Doutor Manuel de Magalhães Rocha informou que não foi possível compilar a informação para a elaboração do relatório em questão, na medida em que o período em análise correspondeu à operacionalização do arranque do ano lectivo. No entanto, referiu que não existiram quaisquer alterações ou perturbações a evidenciar. -----

-- De novo no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto número três da ordem de trabalhos, relativo ao Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove. Sublinhou o extenso trabalho que está subjacente à elaboração deste plano. No que diz respeito ao funcionamento do serviço, disse ter tido conhecimento de problemas referentes à lotação dos autocarros da empresa Mafrense, sendo que a Câmara Municipal solicitou à referida empresa que seja dada resposta rápida às questões apontadas. No entanto, salientou que, por vezes, esta sobrelotação é causada pelas aulas que não são realizadas, o que se traduz numa maior concentração de alunos, não prevista, em determinados horários. -----

-- Interveio a Doutora Paula Cordas, explicando que este plano inclui os circuitos normais, referentes aos alunos das Escolas Básicas do Segundo e Terceiro Ciclos, Secundária, Colégios Miramar e Santo André e Escola Técnica e Profissional de Mafra, bem como os circuitos especiais, referentes aos alunos das Escolas Básicas do Primeiro Ciclo, estando também contemplados os estabelecimentos de ensino actualmente em construção e que podem entrar em funcionamento durante o presente ano lectivo. O documento agora apresentado “é uma fotografia actual, em termos dos circuitos realizados e do número de alunos transportados”.

Explicou ainda que estes circuitos são entendidos como circuitos urbanos pela Direcção-Geral de Viação e que, de acordo com a legislação em vigor, contemplam lugares em pé. Tal significa que as empresas que prestam o serviço estão, muitas vezes, a cumprir a lei, apesar da existência de alunos que viajam de pé. Salientou que, perante tal facto, a Câmara Municipal tem adoptado uma postura de sensibilização e vigilância do serviço prestado pelas empresas. -

-- Sobre os transportes escolares da Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos de Mafra, a Professora Maria de Jesus Pires referiu o seguinte: "desde o início do ano, a carreira Mafra/ Ericeira, via Senhora do Ó, não tem um horário adequado. Já fizemos vários ofícios dirigidos à Mafrense, solicitando a alteração, mas na verdade a empresa não adaptou o horário da carreira ao novo horário da escola, isto é, mantém o horário de saída na paragem junto à escola às dezasseis horas e quarenta e oito minutos, enquanto que os alunos saem às dezasseis horas e cinquenta minutos. Portanto, a maioria dos alunos que vivem no Quintal, no Murtal e no Zambujal perde este autocarro. A escola é frequentemente questionada pelos encarregados de educação, que pretendem saber porque é que os alunos só conseguem viajar no autocarro do horário seguinte. Recordo que já foram enviados vários ofícios à empresa Mafrense e esta responde que não pode alterar o horário nesta altura do ano, quando na verdade a alteração já lhes foi comunicada desde Agosto". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a alteração do horário não está apenas dependente da empresa, já que obedece a toda uma tramitação administrativa na Direcção-Geral de Transportes. No entanto, tratando-se de uma alteração de dois ou três minutos, disse que a Câmara Municipal iria tomar nota desta solicitação. -----

-- Finalizada a discussão, o Conselho Municipal de Educação atribuiu parecer favorável ao "Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove". -----

-- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto seguinte da ordem de trabalhos, relativo à Componente de Apoio à Família (Refeições e Prolongamento de Horário). Passou a palavra à Doutora Paula Cordas para a apresentação de esclarecimentos adicionais. -----

-- A Doutora Paula Cordas informou que os documentos apresentados espelham a evolução do número de alunos inscritos na Componente de Apoio à Família desde o ano lectivo de dois mil e cinco/ dois mil e seis até ao presente ano lectivo. Verificou-se uma evolução positiva, mais acentuada neste ano lectivo, devido à abertura dos seis novos estabelecimentos de ensino. Actualmente, nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do Primeiro Ciclo do Concelho de Mafra, são servidas, por dia, duas mil novecentas e dez refeições e estão inscritos mil e quarenta e quatro alunos em prolongamento de horário. A maior adesão constata-se nos complexos escolares de maior dimensão. Explicou ainda que, em termos do controlo do funcionamento dos serviços, foi reforçada a equipa de técnicos que, no terreno, fazem a sua avaliação,

designadamente em termos do cumprimento dos planos de higienização e de todas as regras de manipulação deste tipo de refeições. Ao mesmo tempo, foi desenvolvido um plano formativo dirigido às funcionárias que desenvolvem a sua actividade nos refeitórios e continuam a ser feitas as análises regulares às refeições pelo Instituto Ricardo Jorge e pela empresa Qualabe, exclusivamente no que diz respeito aos utensílios e mãos das funcionárias, para além das visitas e do acompanhamento regular do Centro de Saúde de Mafra. Fazendo uma análise do funcionamento da Componente de Apoio à Família desde o arranque do ano lectivo, a Doutora Paula Cordas informou que se verificaram perturbações no serviço de refeição prestado na Escola Básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância da Ericeira, que se ficaram a dever aos comportamentos de indisciplina dos alunos, sendo que, para o efeito, foi alertada a Associação de Pais. Esclareceu que, entretanto, a situação já foi normalizada, na medida em que se conseguiu diminuir o efeito de “acção em grupo” que potenciava os comportamentos individuais. Quanto às actividades de prolongamento de horário, referiu que, no caso específico das Escolas Básicas do Primeiro Ciclo, se constata uma maior dificuldade no desenvolvimento de outras actividades complementares, uma vez que, para além da componente lectiva, os alunos já realizam, diariamente, as actividades de enriquecimento curricular. Nesse sentido, têm sido privilegiados os programas de carácter lúdico, não sendo possível, devido ao cansaço dos alunos, assegurar a realização dos denominados “trabalhos de casa” – situação esta que foi comunicada aos encarregados de educação. -----

-- Sobre esta matéria, interveio o Engenheiro Paulo Brito Luz, questionando porque se marcam trabalhos de casa quando existem as actividades de enriquecimento curricular. Na sua opinião, os professores deveriam adoptar uma postura diferente quanto à marcação destes trabalhos, reduzindo-os durante a semana e, quanto muito, mantendo-os apenas ao fim-de-semana. Disse ter conhecimento de muitos casos em que, perante um horário tão extenso durante o dia, os alunos são obrigados a realizar estas tarefas à noite. -----

-- O Doutor Agostinho Ribeiro acrescentou que “esta era a verdadeira reforma que se pedia, na medida em que espelha um problema de fundo”. Na sua opinião, “os alunos deste grau de ensino deveriam ter aulas só de manhã ou só de tarde, sendo que a outra metade do dia seria livre, ou para ir para casa, ou para realizar actividades lúdicas ou pedagógicas na escola. Era esta visão que deveria ser defendida pelos sindicatos e pelas associações de pais, já que presentemente os alunos acabam por estar completamente dispersos por inúmeras actividades, enquanto que as matérias fundamentais acabam por passar despercebidas”. -----

-- O Doutor Manuel de Magalhães Rocha referiu que “esta questão dos trabalhos de casa é uma questão pedagógica que já foi explicada exhaustivamente a todos os professores. É claro que se a criança está na escola até as dezassete horas e trinta minutos, os trabalhos de casa devem ter, quanto muito, um carácter residual, porque todo o trabalho deve ser feito na escola e, inclusivamente, eventuais dúvidas podem ser esclarecidas na actividade de apoio ao

estudo". Explicou ainda que "se o tempo for bem ocupado no contexto da turma, o titular acaba por realizar um acompanhamento quase individual de cada aluno, pelo que os trabalhos de casa podem ser dispensados". -----

-- O Doutor Agostinho Ribeiro retorquiu que "o problema é que os alunos estão, literalmente, a ter aulas até às dezassete horas e trinta minutos". -----
-

-- No uso da palavra, o Doutor Manuel de Magalhães Rocha acrescentou que "é sabido que os trabalhos de casa não trazem qualquer mais-valia pedagógica. Por conseguinte, as reclamações dos pais devem ser feitas em sede própria, para que os Conselhos Executivos possam chamar a atenção dos professores". -----

-- Interveio novamente o Doutor Agostinho Ribeiro, dizendo que "muitas vezes, a marcação de trabalhos de casa é entendida como um sinal de exigência do professor e, portanto, é o reflexo da sua visão ou da sua estratégia enquanto docente". Assim, reforçou que "o problema é de fundo e está na falta de tempo dos alunos". -----

-- No uso da palavra, e de forma a que esta reflexão não seja inconsequente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal lançou o repto ao Doutor Agostinho Ribeiro para que elabore um memorando sobre esta matéria, de modo que o mesmo, na próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, seja alvo de uma reflexão conjunta e depois possa ser enviado ao Ministério da Educação e aos Agrupamentos de Escolas. -----

-- Em seguida, introduziu o ponto seguinte da ordem de trabalhos, referente às Actividades de Enriquecimento Curricular, dando a palavra à Doutora Paula Cordas. -----

-- A Doutora Paula Cordas informou que com a abertura dos seis complexos escolares se verifica uma maior facilidade na disponibilização de espaços adequados para a realização das actividades, bem como na organização dos horários. No entanto, "os problemas associados à organização das actividades de enriquecimento curricular são os recorrentes, ou seja, a dificuldade no recrutamento de professores com as habilitações que são exigidas no despacho, para além das desistências de docentes que, na sequência das colocações cíclicas, conseguiram, entretanto, um lugar a tempo inteiro nas escolas". Se na segunda situação invocada todos os problemas estão sanados, o mesmo não se passa com a questão do recrutamento dos professores com as habilitações exigidas. A Doutora Paula Cordas informou que a DRELVT levou a efeito uma inspecção na Venda do Pinheiro e outra na Ericeira, questionando este aspecto, mas continua a verificar-se a referida dificuldade no recrutamento face ao mercado de trabalho existente no Concelho de Mafra, para mais porque a DRELVT não aceita a colocação de professores do primeiro ciclo, apesar de assumir que as actividades devem ter essencialmente um pendor lúdico e não formal. Ainda quanto à organização destas actividades, referiu que já foram contratadas as tarefeiras que fazem a vigilância dos alunos nos intervalos, portanto o panorama está estabilizado. Finalmente, informou que o último

Agrupamento a ser estabilizado foi o da Venda do Pinheiro, devido à necessidade de articular os horários definidos com as dificuldades de contratação de professores. Desde 24 de Novembro que as actividades estão a decorrer em pleno, depois de ter sido solicitada a autorização da DRELVT para a redução dos tempos do inglês, colocando em alternativa outra actividade. -----

-- Concluída a apresentação deste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Doutora Paula Cordas, que expôs o ponto número sete da ordem de trabalhos, designado "Acção Social Escolar – Resumo dos Auxílios Económicos." -----

-- A Doutora Paula Cordas explicou que, de acordo com o regulamento municipal, a atribuição dos auxílios económicos era efectuada mediante a equiparação com os rendimentos dos agregados familiares, avaliados através da declaração de IRS. Para este ano lectivo, a Câmara Municipal já tinha feito a análise de todos os processos, mas entretanto o Ministério da Educação alterou o sistema, simplificando-o. Assim sendo, basta que os agregados familiares procedam à entrega de uma declaração da Segurança Social com a indicação do escalão A ou B do abono de família. Face a esta alteração, todo o processo foi atrasado, porque as famílias tiveram de voltar a fazer a sua candidatura e também a Segurança Social se atrasou na emissão das declarações. No total, estão a ser apoiados seiscentos e oitenta e sete alunos, apoios estes que se repercutem não só na atribuição de quinze mil quatrocentos e vinte e cinco euros para a aquisição de livros e material didáctico, mas também na gratuidade ou redução do pagamento de refeições. -----

-- Antes de introduzir o ponto seguinte, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a autarquia vai retomar a organização da Festa de Encerramento do Ano Lectivo dos Jardins de Infância e Escolas Básicas do Primeiro Ciclo do Concelho de Mafra, na medida em que a mesma constitui uma forma de celebração do trabalho e o empenho desenvolvidos ao longo do ano escolar. Saliu que, no ano lectivo anterior, a edilidade entendeu não organizar esta festa, dando espaço para que as associações de pais e encarregados de educação pudessem tomar a iniciativa de dinamizar um espaço de convívio dirigido a toda a comunidade educativa. -----

-- Não se verificando mais intervenções sobre este assunto, o Senhor Presidente apresentou o ponto oito da ordem de trabalhos, propondo aos membros do Conselho Municipal de Educação que fosse definida a calendarização das reuniões ordinárias deste ano lectivo, de acordo com o ponto um do artigo décimo oitavo do Regimento. Após troca de impressões entre os membros, foram aprovadas as seguintes datas: onze de Março e vinte e quatro de Junho de dois mil e nove. -----

-- Nada mais havendo a tratar, a reunião do Conselho Municipal de Educação de Mafra foi dada por encerrada quando passavam cinco minutos das doze horas, da qual, para constar, se

lavrou a presente acta. -----

-